

Março
2023

Informe Publicitário



O SENGE

é
tem
faz

MAIS

SENGErs
Sindicato dos Engenheiros

**Engenharia
em Foco**

Dia Mundial da Água

Neste 22 de março, o Brasil e o mundo celebram o Dia Mundial da Água, criado pela ONU em 1993. Portanto, faz tempo que o tema da conservação e da disponibilização universal passaram à prateleira de prioridades extremas da agenda global, situação que não alivia, pelo contrário, coloca pressão nos gestores da União, estados e municípios.

Fechando mais a lupa, encontraremos comprometidos com a pauta também a academia, a indústria, o agro, as organizações não-governamentais, a Justiça, o Ministério Público, os sindicatos, as forças de defesa, a chamada sociedade civil e, por que não, cada um dos quase oito bilhões de terráqueos.

Passados 30 anos, podemos afirmar que, no Brasil, estamos ainda distantes de um enfrentamento eficaz, embora não sejam raros estudos, relatórios, dossiês, teses e dados estatísticos a apontar para a agudização do chamado uso racional da água.

Em que pese o País possuir nada menos que 12% do volume de água potável do planeta, convivemos com índices alarmantes de poluição. Isso é mais grave nas áreas em que os recursos hídricos se avizinham de aglomerados urbanos, regiões que no Brasil comportam prefixos como hiper, mega e super em dezenas de casos.

A contaminação por mercúrio de diversos rios amazônicos, entre outros exemplos, compromete internacionalmente a imagem do País na questão ambiental, mesmo com o precioso e muitas vezes heroico trabalho de milhares de profissionais, públicos ou privados, dos cientistas e ambientalistas de todas as matizes, muitas vezes amparados pelos já imprescindíveis recursos de organizações e governos internacionais.

Outro exemplo de distorção é a Agência Nacional da Água (ANA), criada para gerenciar o aporte técnico à problemática, mas que no desenrolar das gestões e do jogo político, se transformou num mero e instrumentalizado agente regulador.

No Rio Grande do Sul, a agenda atual gira, em primeiro lugar, em torno da escassez provocada pela seca, conclusão desde já parcial e que livra a pele do mandatário de plantão que aponta para trás nas responsabilidades, enquanto hipervaloriza tanto suas ações presentes quanto sua ímpar visão de futuro.

E o que dizer das contribuições valiosas dos Comitês de Bacias Hidrográficas, criados como órgãos consultivos às ações governamentais e que, no entanto, têm suas formulações desprestigiadas (para usarmos um termo qualificativo educado) por quem julga ter ideias mais geniais, no caso, o Governo do Estado. Defendemos a valorização dos Comitês porque é neles que está o ambiente mais adequado para o planejamento e execução de ações, como também, para a obtenção e priorização de recursos para investimentos.

Como não considerar críticas, portanto prioritárias, questões como o abastecimento de água na Região da Fronteira, a construção de barragens que se arrastam por décadas, a agonia do Rio Gravataí (entre outros), a não utilização das significativas hidrovias gaúchas, a uso muitas vezes descontrolado dos mananciais na agricultura, entre outras mazelas que encontramos com uma fina camada de miopia e irresponsabilidade.

Por fim, a inclusão do fator lucro no equacionamento dos investimentos necessários à universalização do saneamento no nosso Estado, a partir da tentativa de privatização da CORSAN, coloca em risco o bem-estar e a qualidade de vida de milhões de gaúchos em centenas de municípios. A mesma ameaça se impõe à população de Porto Alegre diante das articulações em torno da transferência do DMAE à iniciativa privada.

O Sindicato dos Engenheiros defende a manutenção do controle do saneamento nas mãos do Estado e das prefeituras. A privatização já demonstrou não ser inclusiva, a exemplo de centenas de cidades ao redor do mundo que reconduziram suas estruturas de saneamento novamente ao setor público após malfadadas experiências privatistas.

**Venha SOMAR
com o SENGE-RS.**